



Veículo: O Liberal		
Data: 19/04/ 2018	Caderno: Atualidades	Página: 06
Assunto: Protesto		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

Índios lutam para assegurar direitos constitucionais às suas terras

Celebrado hoje, o Dia do Índio é mais um momento para se refletir sobre a realidade dos povos indígenas no Pará. “Infelizmente, e de modo geral, as demarcações de territórios indígenas estão paralisadas. Nada caminha e os povos indígenas continuam sem seus territórios assegurados”, disse a antropóloga Jane Beltrão, da Universidade Federal do Pará. “Muitas são as áreas desmatadas a exigir reparações, ocupadas por fazendas ou por posseiros que se recusam a sair do território originalmente indígena. Muitos são os processos judiciais encaminhados pelo Ministério Público Federal, sem que a situação seja resolvida. Processos que se arrastam há anos. Exemplo maior de injustiça são os processos referentes aos povos Tembé/Tenetehara”, acrescentou ela, que é professora titular no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Trabalhando na pós-graduação em Antropologia e Direito, Jane Beltrão afirmou que, além dos esbulhos de terras perma-

nentes produzidos pelo agronegócio, “temos os ‘deslocamentos forçados’ que denomino de ‘diásporas internas’ ao Brasil, condenadas por estudiosos e pelas cortes internacionais. Os indígenas de diversas etnias são obrigados a se retirar de suas terras, migrando para locais inóspitos ou para as áreas periféricas de pequenas e grandes cidades”, diz. Ainda segundo a antropóloga, o fato decorre sobretudo pelo “arco de hidrelétricas na Amazônia”, “do qual o Pará não se livrou e que Belo Monte é o maior dos desastres, trazendo efeitos letais aos povos indígenas do Médio Xingu, na medida em que introduziu concreto barrando o Xingu, lugar de referência sagrada de muitos povos, e trouxe como consequências saúde precária, introdução de cachaça gerando alcoolismo e violência, afetando, especialmente, crianças e jovens”.

Jane Beltrão afirmou ainda que os principais entraves dizem respeito à não obser-

vância de direitos constitucionais.